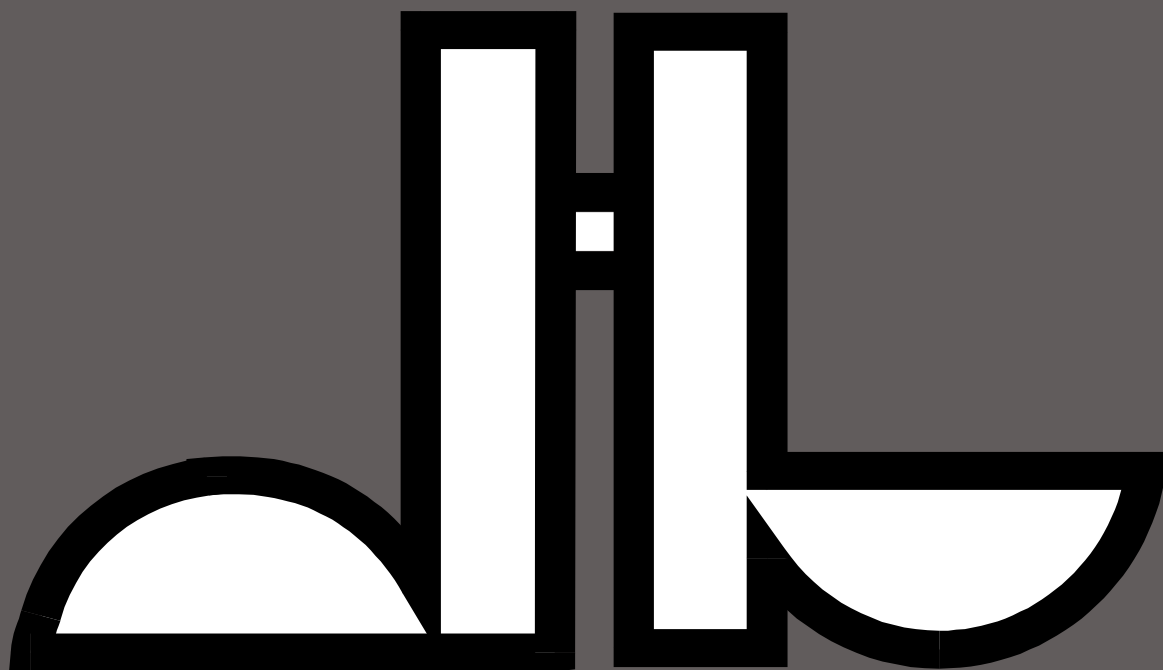




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXI - Nº 017 - SEXTA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 2006 - BRASILIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RENAN CALHEIROS** – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Deputado **JOSÉ TOMAZ NONÔ** – PFL – AL

2º Vice-Presidente

Senador **ANTERO PAES DE BARROS** – PSDB – MT

1º Secretário

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA** – PMDB – PE

2º Secretário

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA** – PMDB – MA

3º Secretário

Deputado **EDUARDO GOMES** – PSDB – TO

4º Secretário

Senador **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – PSDB – TO

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 14ª SESSÃO CONJUNTA (SO- LENE), EM 30 DE NOVEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia Internacional
para Eliminação da Violência contra a Mulher..... 02486

1.2.1 – Fala da Presidência (Senadora Serys Slhessarenko)

1.2.2 – Oradores

Deputada Jandira Feghali 02489

Deputado Eduardo Campos 02491

A Sra. Nilcéa Freire (Ministra da Secretaria
Especial de Políticas para Mulheres) 02492

Deputada Iara Bernardi 02493

Deputado Fernando Ferro 02495

Senador Cristovam Buarque..... 02495

A Sra. Karla Menezes (Secretária de Direitos
Humanos e Segurança Pública da Prefeitura de
Recife) 02497

Deputado Luiz Carlos Hauly 02498

Senador Flexa Ribeiro (Art. 203 do Regimento
Interno) 02498

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇA- MENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

3 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRES- SO NACIONAL

4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO- CIAL

5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 14ª Sessão Conjunta (Solene), em 30 de novembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência das Sras. Serys Slhessarenko e Iara Bernardi

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 37 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão solene, destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Convido para compor a Mesa a nossa querida Ministra da Secretaria Especial de Políticas da Mulher, Nilcéa Freire; a Srª Karla Menezes, Secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da Prefeitura de Recife; a Srª Margareta Windberg, Embaixadora da Suécia; o Sr. Ali Diab, Embaixador da República Árabe da Síria. (Palmas)

Já fazem parte da nossa Mesa as Exmªs Srªs Deputadas Jandira Feghali e Iara Bernardi.

Esclareço que o Sr. Presidente do Congresso Nacional e Presidente do Senado da República, Senador Renan Calheiros, acaba de me telefonar para informar que está tentando chegar, mas não está conseguindo, pois está em um compromisso político inadiável, que se realiza neste momento. Transmito a saudação de S. Exª, Sr. Presidente do Senado, a todas as mulheres aqui presentes e a todas as mulheres brasileiras e a reiteração do seu permanente empenho na luta pela eliminação de qualquer violência, especialmente, no caso de hoje, a violência contra a mulher brasileira.

Quero também dizer do empenho permanente do Presidente Renan Calheiros nessa luta. Realmente, em tudo o que fizemos ou que estejamos fazendo no Senado tem havido a participação ativa do Presidente Renan Calheiros.

Quero saudar aqui todos os presentes, os Srs. Deputados, as Srªs Deputadas, a Senadora Ideli Salvatti, Líder da nossa Bancada, enfim, todas e todos aqui presentes, todas as mulheres, principalmente as que aqui representam entidades. Agradeço muito pela presença de cada uma. Eu gostaria de elencar seus nomes, mas infelizmente isso não é possível.

Quero cumprimentar a Srª Roseli Miranda, vítima de violência, cujo caso foi extremamente marcante aqui, na capital do nosso País. Ela está aqui presente e, com certeza, representa todas as vítimas de violência.

Senhoras e senhores, peço licença para iniciar este discurso de forma pouco usual. Ao contrário das

tradicionais introduções de costume, solicito um pouco de paciência e proponho que façamos um pequeno exercício mental.

Imaginem-se como uma mulher casada, com filhos, vivendo, de forma precária em uma das muitas periferias brasileiras. O marido é um homem brutalizado, insensível e ciumento. Imaginem que esse marido faça uso excessivo do álcool. Imaginem-no chegando em casa, reclamando de qualquer coisa: da comida, do tempo ou do vestido da esposa. Em nosso retrato imaginário, ele está sentado à mesa da cozinha. Por qualquer razão ou nenhuma, ele se levanta, vira-se para a esposa e a estapeia, mas ele não está satisfeito e não pára. Continua a espancá-la e a acerta com socos e mais socos. Ela, caída, e ele a machuca-la mais e mais. Ela tenta se proteger, mas nada, nem súplicas, nem os olhares assustados dos filhos o fazem parar. Só quando ele se cansa, desiste da violência. Trôpego, xinga-a e a deixa em prantos, abandonada no chão daquela cozinha. Lá está a mulher, deitada no chão, entre sangue e lágrimas, com escoriações por todo o corpo, talvez com um braço quebrado, os olhos inchados e arroxeados, o cabelo desgrehado e a pele marcada por mais um dia de sofrimento, de aflição, de angústia, de medo permanente, sem saber se da próxima vez sairá viva dos episódios de fúria do seu companheiro.

Ponham-se no lugar dessa mulher, sintam a sua dor e o seu sofrimento. Sei que esse exercício não é fácil, mas é a realidade da vida de milhares e milhares de mulheres pelo Brasil afora, vítimas da violência de seus maridos, de seus companheiros, enfim, de seus algozes.

Foi o caso também de uma brasileira chamada Maria da Penha Maia, professora universitária cearense, que escapou duas vezes de ser morta pelo ex-marido, Marco Antonio Herredia. Em 1983, ele tentou assassiná-la duas vezes: uma, com arma de fogo e, depois, por eletrocussão e afogamento. Ela ficou paraplégica depois de ter levado um tiro nas costas disparado pelo mesmo.

O autor do crime só foi preso e condenado em 2002, ou seja, 19 anos depois, e ficou apenas dois anos na cadeia. Repito: ele ficou apenas dois anos na cadeia, apesar do dano irreparável que causou à vida de Maria da Penha.

Mais uma vez peço que tentem visualizar a cena. Um pai dirige seu carro perigosamente. Seus três filhos estão no banco de trás, e a esposa a seu lado insiste para que ele diminua a velocidade, pois sua família corre perigo de se acidentar. O marido não atende e continua a correr. Ela insiste com o marido e, na frente das crianças, recebe um soco no olho que lhe causa vergonha e lhe custa oito pontos. Ela desiste de calar-se. Vai à delegacia e denuncia o marido. Ele é estrela de novelas com fama de atleta e desportista. Kadu Moliterno é seu nome. As ONGs a procuram e estimulam que ela não desista da denúncia. A reação do galã – dito por ele: “Ela não queria falar o que falou, o fez por causa das feministas”. Ora, o errado não era ele, mas a esposa que se descontrolou e resolveu denunciar. Já passou. Ela agüenta! Agüentou todos esses anos!

Sr. Presidente, Senhores e Senhores, no último sábado, 25 de novembro, celebramos a passagem do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. A data, instituída pela ONU, não se restringe a este ou aquele país. É uma data internacional. Como resultado, conquistamos mais uma oportunidade para exercitarmos nossa indignação individual e coletiva contra a violência de gênero. Objetivamente, ganhamos espaço e instâncias para sugerir ao mundo que reflita com um mínimo de regularidade acerca das práticas que atentam contra a integridade física, moral, psicológica e intelectual que ainda se comete contra a mulher.

Vinte e cinco de novembro assinalou também o início do chamado 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero, campanha anual que é uma autêntica referência para o movimento feminino global e para as redes que combatem a violência contra a mulher. Assim, o Congresso Nacional brasileiro, que acolhe um número ainda modesto, mas extremamente operoso de mulheres representantes na Câmara e no Senado, não poderia apartar-se desse movimento.

A violência contra a mulher encerra uma visão de mundo equivocada, que ignora e se mantém alheia ao respeito que todos os seres humanos se devem mutuamente. É uma atitude grave, criminosa, que insiste em desconhecer barreiras.

A violência contra a mulher, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, é uma v-e-r-g-o-n-h-a que ainda nos atormenta, submete, desafia e diminui como Nação civilizada.

Desgraçadamente, essa é uma triste e dolorosa realidade entre nós, brasileiros, e não se restringe a etnias ou situação geográfica; materializa-se cotidianamente e alcança, com ilimitado e covarde vigor, todos os distintos estratos de nossa sociedade.

A celebração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher significa, em primeira instância, o reconhecimento oficial de um problema grave e insuportável que precisa de mais atenção e pronto saneamento. Quero dizer com muita clareza, alto e bom som, que não vamos permitir nunca, sob qualquer pretexto, a banalização do mal, a trivialização da injúria. Quero dizer também que definitivamente não vamos jamais aceitar isso como um destino inevitável.

Creio que o registro e comemoração desta data – “comemoração” –, além de sugerir à sociedade uma reflexão sobre o tema, serve também como um renomeado alerta às autoridades do Executivo, Judiciário e Legislativo em suas distintas esferas.

Mas é claro – e a sociedade precisa despertar a sua consciência para isto – que todos os esforços oficiais serão insuficientes e muitas vezes desprovidos de qualquer consequência se a própria sociedade não avocar a si uma série de atitudes e práticas condizentes com os desafios que temos neste particular capítulo da vida coletiva. Felizmente, ao longo dos anos, tem-se verificado no Brasil o constante e consistente crescimento de iniciativas que visam a denunciar, acompanhar e inibir a violência contra a mulher.

Em âmbito governamental, o programa “Gênero Diversidade na Escola”, lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em maio de 2006, faz sua primeira avaliação em oficina, aqui, em Brasília. O objetivo do programa é a capacitação de professoras e professores de escolas públicas de 5ª a 8ª séries para lidar, em sala de aula, com atitudes e comportamentos preconceituosos em relação a preferências sexuais, gênero (masculino e feminino) e relação étnico-racial.

Acreditamos, Senhoras e Senhores, que são essas atitudes que trazem a discussão para o cotidiano, e a prevenção e a educação se fazem assim mesmo. Nas escolas com professoras, alunos, porteiros, corpo de funcionários etc. Todos já sentamos em bancos escolares. Lá lidamos com a realidade. É exatamente ali que devemos começar.

Parabéns à Ministra Nilcéa, à Ministra Matilde, às assessorias e ao Presidente Lula pela sensibilidade, Ministra Nilcéa Freire, e grandeza ao tratar o assunto com a prioridade que necessitamos.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, quando, mesmo em uma rápida análise retrospectiva, percorro o conjunto de iniciativas de natureza legislativa efetuadas nos últimos anos, percebo, com grande satisfação, que o Congresso Nacional não negligenciou seu dever de coibir os recorrentes abusos verificados. Conseguiu, isso sim, colocar em pauta, discutir e aprovar algumas proposições em favor da mulher e contra a violência que a tem consumido e vitimado.

Quero aproveitar a oportunidade para dedicar esta sessão a dois assuntos que merecem nossa homenagem e nossa preocupação.

Quero externar nossa preocupação em relação ao belíssimo Estado de Pernambuco. Fixar-me-ei apenas em Pernambuco porque temos seus dados, mas isso não significa que o Estado seja o mais violento com relação à mulher. Felizmente, Pernambuco demonstra ao Brasil que tem essa preocupação, pois realizou estatísticas e levantamentos. Sua preocupação é grandiosa e, apresentando seus dados, quero estimular os outros Estados brasileiros a terem a mesma preocupação, porque se todos tiverem a visibilidade de Pernambuco no que diz respeito à violência contra a mulher, com certeza, superaremos esse problema.

Os números relativos aos homicídios de mulheres no Estado, mais do que preocupantes, têm um caráter verdadeiramente perturbador. Eles assustam e abisnam: entre 2002 e 2004, houve 528 registros.

Apenas nos oito primeiros meses de 2006, 275 mulheres foram assassinadas no Estado, ou seja, praticamente, uma mulher por dia. Mais da metade desses crimes foi cometida por motivos passionais, por companheiros ou ex-companheiros das vítimas.

Há companheiros e companheiras de Pernambuco que vieram ao plenário para participar, denunciar, clamar pela ajuda governamental e chorar pelas mães que morreram e pelos filhos órfãos da violência contra a mulher.

Saibam que o futuro Governador de Pernambuco sai desta Casa com o conhecimento e o compromisso – já falamos com ele – de buscar uma solução que contribua de forma decisiva e determinada para o fim da violência contra a mulher nesse Estado do nosso País.

Sr. Governador, os números se multiplicam pelo seu Estado e pelo nosso País. Reduzi-los, extingui-los é a nossa meta! Estaremos no Congresso para apoiar e colaborar, mas sabemos que só uma atitude é possível por parte da sociedade e dos Governos: agir em conjunto. Tolerância zero com a violência contra a mulher.

Saúdo o trabalho dedicado das organizações de Pernambuco, como o SOS Corpo; o Centro das Mulheres do Cabo; a Amunam – Associação das Mulheres de Nazaré da Mata –; o Instituto Papai, imbatível no trabalho de conscientização dos homens; a União Brasileira de Mulheres (PE); e o incansável Fórum de Mulheres de Pernambuco, dentre outros que se uniram no enfrentamento da violência contra a mulher.

Agora, apresento as nossas homenagens e agradecimentos.

Na legislatura que se encerra proximamente, foram muitas as companheiras Parlamentares que se empenharam na ampliação e no aperfeiçoamento da

malha legislativa que combate a violência contra a mulher. Não conseguirei citar o nome de todos que muito fizeram para combater a violência contra a mulher. No entanto, quero, especialmente, destacar o ativismo conseqüente de algumas Parlamentares que deixam o Congresso Nacional, empobrecendo esta instância de nossa vida política, mas, certamente, abrindo novas veredas onde seu talento irá contribuir muito.

Assim, faço uma rápida homenagem às nossas queridas colegas Senadora Ana Júlia, Governadora eleita do Pará, reclamada pelo seu povo para dirigir os destinos do Estado, e Senadora Heloísa Helena, que, com bravura, enfrentou e disputou a Presidência da República, qualificando o debate.

Eu não poderia também, Senhoras e Senhores, deixar de destacar a atuação, na Câmara dos Deputados, das eminentes companheiras, grandiosas, que se destacaram permanentemente durante seus mandatos, Deputadas Jandira Feghali, Iara Bernardi, Maninha e Laura Carneiro, dentre tantas.

Quero, em nome dessas quatro Deputadas, saudar todas que, de uma forma determinada, com compromisso político gigantesco, defenderam a causa das mulheres. Jamais titubearam em mostrar à sociedade, em ação política consistente, o seu compromisso com as mais nobres causas republicanas, especialmente no que se refere ao combate à violência contra a mulher.

São Parlamentares de altíssimo nível e a ausência de cada uma delas, seguramente, representará uma lacuna na próxima legislatura. Foi com a iniciativa, o empenho e a dedicação dessas Deputadas e Senadoras que, nos últimos anos, foram aprovadas algumas normas federais da mais alta relevância para o combate à violência contra a mulher. Elas representam novos e decisivos passos na defesa da mulher e da própria sociedade, como a norma que instituiu o número telefônico 180 para atender denúncias de violência contra a mulher, assim como aquela que estabelece a notificação compulsória, pelos serviços de saúde públicos e privados, de todos os atendimentos a casos de agressão contra a mulher. Além disso, foi aprovada a lei que cria o tipo penal especial denominado “violência doméstica”, ou seja, a violência descrita como lesão praticada contra ascendente, descendente, irmão, marido ou companheiro.

Cabe também destacar a aprovação da Lei nº 11.106, que, entre outras modificações, extingue o crime de adultério e substitui termos como “mulher honesta” e “mulher virgem”, suprimindo, ainda, dispositivos do Código Penal que permitiam a impunidade do estupro caso a vítima se casasse com o agressor ou com terceiro.

Por fim, devo mencionar a norma aprovada no decorrer deste ano, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que recebeu a denominação de Lei Maria da Penha e já foi sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Essa lei verdadeiramente emblemática estabeleceu os mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar, dispondo sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e promovendo alterações nos Códigos Penal e de Processo Penal, bem como na Lei de Execução Penal.

Além dessas normas, já devidamente sancionadas, há um significativo número de proposições legislativas, que ora tramitam na Câmara e no Senado, com vistas a criar, reconhecer e consagrar direitos, ou ainda no sentido de atualizar e aperfeiçoar a legislação vigente em favor da mulher.

Quem acompanha o meu trabalho de Senadora da República, buscando representar com muita honra as mulheres e os homens do Mato Grosso, sabe que um dos temas que merece, desde sempre, inquestionável centralidade em meu mandato é a questão da mulher. E assim continuará sendo, pois se avançamos bastante nos últimos anos, não caminhamos o suficiente. Há, como se vê, um longo caminho a ser percorrido. Todos os brasileiros estão convocados para a luta pela eliminação da violência contra a mulher, que não se resolve em um dia, mas no dia-a-dia.

Ao encerrar, informo-lhes que, neste momento, acontece o ato de formatura, em Pirassununga, das primeiras 11 mulheres aviadoras do Brasil, para o qual fui insistentemente convidada. (Palmas) Não cheguei a pedir essa salva de palmas, mas ela aconteceu espontaneamente.

Que todas nós estejamos sempre nessa luta, porque ela está avançando, mas precisa avançar muito mais.

Um abraço carinhoso para todos os presentes e, especialmente, para as mulheres brasileiras. (Palmas)

Também registro as presenças do Deputado Inocêncio Oliveira, membro da Mesa deste Parlamento; do Governador de Pernambuco, que, com muita honra, certamente terá o espaço reservado para aqui se pronunciar.

Registro, igualmente, as presenças da esposa do Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, Sr^a Rita Rebelo; da mãe do Presidente Aldo Rebelo, Sr^a Cila Rebelo, e da sogra do Presidente Aldo Rebelo, Sr^a Maria das Dores. Portanto, o Deputado Aldo Rebelo está muitíssimo bem representado nesta Casa, demonstrando, com as presenças femininas, todo o empenho de S. Ex^a e de toda a Casa na luta pelo fim da violência contra a mulher.

Na abertura desta sessão, homenageei o Presidente do Senado da República; agora homenageio o Presidente da Câmara Federal, Deputado Aldo Rebelo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, à nobre Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PC do B – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, saúdo as ilustres presenças da Sr^a Ministra Nilcéa Freire, do Exm^o Sr. Embaixador da Síria, do Exm^o Sr. Embaixadora da Suécia, bem como as representantes dos Movimentos Feministas e os colegas Parlamentares. Saúdo o Governador eleito de Pernambuco, a quem, de público, parabenizando pela grande vitória naquele Estado, reafirmo que a sua presença nesta Casa ratifica o imenso compromisso com a superação dos índices de violência contra a mulher em Pernambuco. Meus cumprimentos aos Deputados Inocêncio Oliveira e Renildo Calheiros, ambos também representantes do Estado de Pernambuco, que assumiram o compromisso para a superação dessa dramática realidade do Estado de Pernambuco, que é apenas uma representação do que, de fato, ocorre Brasil afora.

No dia 7 de agosto tivemos sancionada a Lei Maria da Penha, lei esta que registra uma inovação neste País. Disse à época, e continuo dizendo, que foi o primeiro Governo que, de fato, concretizou medidas em defesa das mulheres e que colocou em prática uma política de gênero clamada há tantos anos.

A Ministra Nilcéa Freire, nem é preciso dizer, tem sido uma combatente de primeira linha, que, mesmo com o orçamento curto que, sabemos, tem a sua Secretaria, faz um trabalho nacional sério, avançado, amplo e suprapartidário, acolhendo, incorporando, mobilizando e trazendo pessoas para esse debate e para a execução dessa política pública.

Sr^a Presidente, não quero fazer um pronunciamento apresentando dados, que são conhecidos por todas nós; não quero, tampouco, fazer um discurso tradicional da política de gênero. Creio que este é o momento de fazermos o registro da mobilização e vigilância, porque hoje, temos um instrumento à mão.

Ministra Nilcéa Freire, para mim, foi uma honra relatar esse projeto e, para tanto, ter de circular por este País para conhecer a realidade concreta dentro das desigualdades regionais, institucionais e, inclusive, das desigualdades no acolhimento, com cortes de etnia e de classe.

Foi muito importante todo esse conhecimento para que eu pudesse enriquecer o projeto original, encaminhado pelo Governo, além de dar respostas às diversas demandas surgidas nas inúmeras audiências.

Não estaria no projeto de lei, por exemplo, a estabilidade no emprego, por seis meses, para as mulheres vítimas de violência, não fosse um homem, que atua no centro de referência no Espírito Santo, que, na audiência da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, levantou o problema da mulher agredida, que, não indo ao emprego, além de se desestruturar, fica sem a sua fonte de sustento e de sua família. Portanto, isso está na lei porque no Espírito Santo foi levantada uma demanda objetiva e concreta de quem tinha vivência do processo. Ainda mais: está agravada a pena para o agressor contra mulheres portadoras de deficiência porque, também no Espírito Santo e em São Paulo, dois Parlamentares paraplégicos levantaram a questão. Também está na lei a possibilidade de as mulheres serem inseridas, de pronto, em programas assistenciais dos governos, porque, em várias audiências, pessoas se levantavam e diziam: “Não denuncio por que dependo dele e não tenho como me sustentar”. Está também na lei a possibilidade de a mulher ser inserida em programas de proteção ao denunciar, porque, no Rio de Janeiro, na Assembléia Legislativa, naquela audiência pública, uma mulher se levantou e disse: “Sou esposa de um traficante. Se eu o denunciar significa uma delação, e serei assassinada quando retornar”.

Então, casos concretos como esses nos permitiram perceber o tamanho, a abrangência, a complexidade do tema, que exigia de nós respostas abrangentes, complexas e amplas para que fosse elaborada a lei, sancionada em 7 de agosto.

Também foi ponto comum, em todas as audiências, mães e professores dizerem que filhos e alunos estavam repetindo o ano e, ao saírem das escolas, estavam praticando ações violentas. Com isso, reforçamos, nesse projeto, a necessidade fundamental de, além dos centros de referência para as mulheres, haver também o acompanhamento de crianças e jovens que vivem em lares violentos. É fundamental também a preparação profissional daqueles que exercem o magistério, pois devemos, primeiramente, preparar os professores, que podem apenas ser reprodutores dos valores hegemônicos na sociedade em que vivemos.

Então, dada a riqueza desse processo, sinceramente, além da honra em relatá-lo, aprendi muito – aliás, todas nós aprendemos. Às vezes, vivemos no nosso mundo, em um determinado segmento ou classe social, e deixamos de enxergar o que ocorre ao nosso lado, com o nosso vizinho, e nunca achamos que acontecerá conosco, mas sempre com o outro. Desse modo, conseguimos, talvez não construir a lei ideal, numa parceria entre o Governo, o Parlamento e a sociedade civil, mas, certamente, construímos um poderoso instrumento que, só pela sua existência, já

começou a intimidar algumas ações por aí, como já temos notícia.

Ocorre que essa situação não será mudada da noite para o dia, rapidamente, por se tratar de um processo cultural. Apesar de termos mudado a legislação penal, continuamos defensoras do Direito Penal mínimo. Ainda que tenha havido a proibição do pagamento de cesta básica como penalidade ou de punições pecuniárias, nós as substituímos por outros tipos de penas alternativas, inclusive envolvendo o agressor, com o intuito de recuperar os valores deste, já que nem sempre lidamos com um agressor contumaz. Também não vamos apenas pessoas doentes, porque tratamento de saúde não é pena, é direito. Não é esse o espírito da lei, tampouco dessa pena alternativa.

Temos os casos da Roseli Alves, que está presente, que recebeu cinco tiros, aqui em Brasília, na porta do IESB; e, também, recentemente, no Estado do Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu, todos devem ter acompanhado a notícia do seqüestro de um ônibus, oportunidade em que se viu a grande resistência em reconhecer qualquer tipo de violência contra a mulher. Aquele ato foi, de fato, uma violência doméstica e familiar contra a mulher, quando um ex-marido, indignado com a separação, envolvendo a coletividade, entrou no ônibus em que ela estava, espancou-a publicamente e, com uma arma direcionada para a cabeça dela, a manteve prisioneira por horas seguidas – aliás, manteve um coletivo inteiro paralisado em Nova Iguaçu. O fato é que nenhum jornal falou em violência doméstica. Os jornais falaram em “seqüestro do ônibus 499 de Nova Iguaçu”. Mas, aquele ato foi, de fato, uma violência doméstica, que, aliás, continua acontecendo. Inclusive, por causa desses fatos, da denúncia desses casos, dois assassinatos também vieram à tona.

Portanto, quando temos um instrumento à mão, temos uma legislação e todo um processo de construção, não nos cabe mais, aqui, registrar apenas a nossa indignação; cabe-nos partir para a ação no sentido de mobilizar a sociedade para que essa lei seja cumprida de fato; cabe-nos vigiar, fiscalizar todas as estruturas institucionais – policiais e judiciárias – para fazer cumprir a lei. Visitamos o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do Presidente do Tribunal, exigindo a instituição do Juizado Especial de Violência Contra a Mulher. Não queremos mais que o Juizado Especial Criminal tenha participação, o que já foi proibido por lei.

O que podemos dizer, desta tribuna, para a sociedade brasileira, com este ato é: mobilizem-se e fiscalizem. E tanto o Governo Federal como os governos estaduais, as prefeituras e particularmente as entidades

organizadas deverão estar hoje lado a lado fiscalizando o cumprimento da Lei Maria da Penha.

Quero agradecer, Srª Presidente, Senadora Serys, a sua homenagem, porque deixo esta Casa em janeiro com um sentimento de missão cumprida, pelo menos dentro do possível, porque também temos aqui os limites que o Parlamento nos impõe. Mas, como a luta pelo povo não tem trincheira, aqui em ou em outro lugar, estaremos lutando mesmo contra reações fascistas, retrógradas, obscurantistas, de que somos vítimas permanentemente, dentro ou fora de campanhas eleitorais, porque temos a coragem de enfrentar temas polêmicos, desnudar as hipocrisias e enfrentar aquilo que significa o atraso e o retrocesso.

Parabéns a todas, muito obrigada e sucesso! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. PT – MT) – Obrigada, Deputada Jandira.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Campos, recém-eleito Governador pelo Estado de Pernambuco.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezada Senadora Serys Shlessarenko, que preside esta sessão, em nome de quem cumprimento todas as Congressistas, companheiras desta e da outra Casa; Srª Ministra Nilcéa Freire, minha companheira de trabalho e de Ministério do Presidente Lula; minha prezada companheira, brilhante Parlamentar, querida amiga, uma mulher admirável, com quem aprendi muito nesta Casa, Jandira Feghali; caro Ali Diab, Embaixador da República Árabe da Síria; Srª Margareta Winberg, Embaixadora da Suécia; Srª Karla Menezes, Secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da Prefeitura de Recife, cidade sob administração do nosso companheiro João Paulo; Srªs e Srs. Senadores; Srªs e Srs. Deputados; prezadas representantes de organizações sociais aqui presentes do Movimento de Mulheres do Brasil, em particular do Estado de Pernambuco, trago aqui breves palavras.

Senadora Serys, tão logo recebi seu comunicado sobre esta sessão, disse do nosso máximo interesse de aqui estar para reafirmar nosso compromisso e nossa solidariedade com a luta do Movimento de Mulheres do Brasil pela conquista da segurança dos seus direitos, a qual vem avançando não por dádiva dos Poderes constituídos, mas pela capacidade e pela garra da mulher brasileira, pela sua organização. São direitos muitas vezes construídos neste Parlamento, mas não assegurados na vida e no cotidiano da nossa gente e das nossas companheiras.

Tive a experiência, no movimento social, de ser sempre solidário a essa causa, estando ao lado das

companheiras que lutaram e lutam por um País mais equilibrado, por um País que respeite as mulheres no papel histórico que elas tiveram e terão na construção desta grande Nação brasileira.

Juntamente com nossa Ministra Nilcéa Freire, aqui presente – uma grande brasileira, uma pessoa a quem respeitamos muito –, tive a oportunidade de fazer parcerias modestas, adequadas aos poucos recursos da Secretaria das Mulheres e aos também limitados recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia. No entanto, demonstravam a necessidade da integração e da transversalidade quanto ao gênero no conjunto da ação e das políticas públicas do Estado brasileiro, seja em nível federal, seja em nível estadual ou municipal.

Fizemos a primeira Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Gênero, em que pudemos apoiar, incentivar e estimular muitos núcleos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação, focados na questão do gênero nas mais diversas disciplinas e nas mais diversas áreas da Ciência.

Devo dizer, como Governador de um Estado que convive, como o Brasil convive, com a realidade violenta que nos assusta e que, ao mesmo tempo, nos desafia a enfrentá-la de maneira inteligente e correta, que devemos tentar entender todo o processo social que produziu essa violência que a alguns espanta.

Nós, que compreendemos o processo histórico brasileiro, que compreendemos o que foi feito com esta Nação quando foi submetida a todos esses ventos do neoliberalismo que reduziu o Estado, o crescimento econômico e as oportunidades, sabemos muito bem que, nessa questão, há vários aspectos a serem tratados. O primeiro, no caso específico da violência contra as mulheres, a meu ver, é uma questão de atitude política, do gesto político, para que a sociedade compreenda que essa questão será tratada como deve, com a devida importância.

Afirmamos isso a todo o movimento social ligado à causa das mulheres, quando tive a satisfação, a honra e o compromisso de receber o testemunho de todas essas companheiras sobre a necessidade de, em Pernambuco, haver um enfrentamento correto e corajoso, um enfrentamento que não vai ficar limitado ao espaço do Estado. Ajudado pelo Estado, o movimento social vai avançar, no sentido de haver uma secretaria das mulheres que garanta um governo que tenha transversalidade na questão de gênero, um governo que tenha relação com o movimento social e com os organismos de direitos humanos, para termos uma política de segurança avançada, moderna, corajosa, que entenda o papel da sociedade em garantir uma ação de polícia bem distinta da tradicional – que, muitas vezes,

além de não resolver a questão da segurança, ainda agrava a insegurança do nosso cidadão.

Nesse particular, o compromisso não é apenas o de garantir esse tipo de política, mas também o de impor transparência na execução dessa política, para que essa transparência faça a sociedade nos ajudar a romper os cercos, a pular os desafios, a quebrar exatamente as resistências. Isso só é possível quando o Governo entende que se trata de uma área em que é preciso haver uma política de Estado, pois, independentemente de quem esteja no Governo, a sociedade terá conquistado o direito de contar com políticas públicas dessa natureza.

É exatamente com essas palavras que venho à tribuna da Câmara – talvez, pelas últimas vezes, aproveitando também para me despedir desta Casa, onde aprendi muito nos seus enfrentamentos, nos seus embates, mas também nas mediações que aprendemos a fazer – nesta sessão que, para mim, é carregada de muitos símbolos.

Uma Nação do tamanho do Brasil, com o papel que tem no concerto do mundo, precisa saber respeitar as mulheres, o papel que elas tiveram na construção do Brasil até aqui, e saber que não vamos construir o país que queremos se não tivermos a coragem de afirmar essas políticas agora e de ensinar as próximas gerações exatamente com essas atitudes. Não basta fazer isso com a escola, na mudança do currículo; é preciso fazê-lo com nossa atitude. Nossa juventude, em que há um foco da violência muito grave, precisa que todos nós, com gestos às vezes simples, venhamos a construir essa compreensão de que carece a Nação brasileira.

Portanto, parabéns à nossa companheira Senadora Serys Slhessarenko e ao Parlamento brasileiro por essa iniciativa!

Por fim, cumprimento todas as mulheres presentes neste plenário. Não posso citar uma por uma, mas presto aqui minhas homenagens, em especial, a duas companheiras de trabalho e de luta, uma com quem compartilhei o Ministério do Presidente Lula, Nilcéa Freire, que para nós é uma pessoa especial, com quem muito aprendemos, uma pessoa que demonstrou enorme capacidade política de construir consensos, de trabalhar, de fazer as coisas acontecerem, de construir esses gestos. Em meu nome e no do meu Partido, presto este depoimento na Câmara, na nossa despedida. Tenho enorme admiração por V. Ex^a.

Outra companheira de muitas lutas, antes do Parlamento, é de um Partido que tem enorme relação com meu Partido. É uma pessoa que me acolheu quando cheguei aqui muito jovem, em momentos difíceis da vida pública: a companheira Jandira Feghali, leal, correta,

amiga, solidária, uma companheira a quem deixo um enorme abraço e um grande beijo. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Como Governador, Eduardo Campos fala de atitudes. Governador, sua atitude diante do Brasil, neste momento, foi muito importante, com certeza.

Com a palavra, agora, a nossa querida Ministra Nilcéa Freire.

A SRA. NILCÉA FREIRE (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Bom dia a todos e a todas. Cumprimentando a Senadora Serys Slhessarenko, que conduz esta sessão, cumprimento todas as Senadoras e Senadores da República do Brasil; cumprimentando a Deputada Iara Bernardi, cumprimento todas as Deputadas e Deputados Federais aqui presentes; e cumprimentando a Embaixadora Margareta Winberg, cumprimento todas as mulheres que aqui se fazem presentes, nesta sessão especial do Congresso Nacional.

Em primeiro lugar, agradeço publicamente as palavras do Governador eleito de Pernambuco, Deputado Eduardo Campos, e da Deputada Jandira Feghali. Suas palavras nos encorajam a prosseguir em nosso trabalho, em nossa luta.

Corroborando o que a Deputada Jandira Feghali disse, neste momento quero levantar muito poucas questões. Não vou fazer um discurso sobre a violência contra a mulher, sobre a importância da mulher, sobre seu impacto na vida nacional, na economia do nosso País, no processo de formação dos nossos jovens e das nossas crianças. Apenas darei algumas notícias e farei alguns apelos a esta Casa.

As notícias vão no sentido da implementação da Lei Maria da Penha, que, com sabedoria e por unanimidade, o Congresso Nacional aprovou neste ano e que o Presidente Lula sancionou no dia 7 de agosto. É uma Lei complexa como complexa é a violência contra a mulher. Não poderia ser uma legislação simples, que se resumisse a dois ou três artigos, porque não daria conta da complexidade do fenômeno da violência contra a mulher na sociedade brasileira.

Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a Lei Maria da Penha, que está em vigor desde o dia 22 de setembro deste ano, encontra muitas resistências devido à sua complexidade. Muitas vezes tentam desqualificar o trabalho que foi realizado durante cinco anos, iniciado pelas organizações não-governamentais, reunidas em um consórcio. Esse trabalho depois se agregou à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e à Câmara e ao Senado Federal, por intermédio das Bancadas femininas das duas Casas. Tenta-se desqualificar esse trabalho, mas isso não nos surpreende, porque corresponde exatamente

àquilo que se fez com a mulheres durante os séculos de existência da nossa Nação. Tenta-se desqualificar a Lei Maria da Penha, como se tentou desqualificar, durante todo esse tempo, as mulheres brasileiras.

Portanto, não nos surpreende o que se levanta. A Lei Maria da Penha – digo isso às senhoras e aos senhores que tiveram a ousadia e a coragem de aprová-la – já é uma lei vitoriosa em nosso País, porque levanta questões absolutamente fundamentais, que correm em paralelo à violência contra a mulher, e uma delas é o acesso à Justiça.

A Lei Maria da Penha nos ajuda a desnudar a dificuldade de acesso à Justiça que existe em nosso País, por isso, parte das resistências à sua implementação.

Mas não estamos sozinhos. Queria, portanto, dizer que, no dia 27 de novembro, tivemos a honra de participar, junto com o Conselho Nacional de Justiça e com a Associação dos Magistrados Brasileiros, de um seminário, de uma jornada durante todo o dia, com juízes de todo o País, com representantes do Ministério Público e das defensorias públicas, em que pudemos discutir os obstáculos à implementação da Lei Maria da Penha. E asseguro aos senhores e às senhoras, porque muitas vezes se tem falado em inconstitucionalidade de artigos da lei, que fiquem tranquilos. Nas palavras da Ministra Ellen Gracie, Presidenta do Supremo Tribunal Federal, e da Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, não há lei mais constitucional e que corresponda mais firmemente aos princípios constitucionais desta Nação do que a Lei Maria da Penha. Portanto, sintam-se, senhores e senhoras, orgulhosos e orgulhosas do seu trabalho.

Há outra questão que quero mencionar e para a qual peço a colaboração dos senhores e das senhoras. Trata-se de um projeto que queremos deixar para a próxima gestão da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e, em especial, para o Conselho Nacional de Direitos da Mulher.

O Conselho aprovou, em sua última sessão, a criação de um observatório nacional para monitorar a implementação da Lei Maria da Penha em todo o território nacional. (Palmas.)

Esse observatório será criado por meio de chamada pública a projetos apresentados por organizações e instituições da sociedade civil e terá caráter, portanto, independente para fazer o monitoramento das ações dos Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipal, dos Legislativos e dos Judiciários. O observatório será financiado com recursos da União mediante o orçamento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e ficará vinculado institucionalmente ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher, que tem como missão

o controle social e o monitoramento das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal.

Essa é a outra notícia que queria dar, aproveitando para enfatizar que precisamos de orçamento para esse projeto. Quando V. Ex^{as} votarem o próximo Orçamento da União, lembrem-se das emendas que estão sendo aprovadas, para que possamos implementar com plenitude a Lei Maria da Penha, o observatório e os serviços especializados de atenção às mulheres em situação de violência; capacitar agentes públicos, voluntários e pessoas que trabalham nas organizações da sociedade civil para lidar com esse problema; e introduzir essa temática na educação formal e no processo de mudanças culturais que precisam acontecer na sociedade.

Por último, comemoro, com todos vocês, um ano da existência do serviço Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, que foi inaugurado em 25 de novembro de 2005. Ele completa um ano de bons serviços prestados às mulheres brasileiras. Nós atendemos e encaminhamos, em ligações que efetivamente resultam em atendimento, cerca de 3 mil chamadas por mês, o que configura cerca de 36 mil atendimentos ocorridos neste um ano, e quero lhes assegurar que podemos salvar vidas através da Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180.

Com isso, finalizo essas poucas palavras agradecendo, por intermédio da Senadora Serys Slhessarenko, todo o Congresso Nacional, a oportunidade de compartilhar com os senhores e senhoras deste momento aqui hoje.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Nossa Ministra Nilcéa Freire, é sempre realmente muito bom ouvi-la em qualquer momento, especialmente nesta tribuna, com certeza.

Eu gostaria, antes de passar a palavra à Deputada Iara Bernardi e, logo após, ao Deputado Fernando Ferro, que são os inscritos próximos, de anunciar a presença da Deputada Alice Portugal, da Deputada Angela Guadagnin, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, do Deputado Renildo Calheiros, do Deputado Gastão Vieira, do Deputado Fernando Ferro, do Deputado Carlos Abicalil, do Deputado Eunício Oliveira, da Deputada Iriny Lopes e do Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra à Deputada Iara Bernardi.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom-dia a todos e a todas!

Nossa Senadora que dirige a sessão; Sr^a Ministra Nilcéa Freire; nossas Embaixadoras; Deputadas e Deputados presentes; entidades feministas; todos os convidados e convidadas, é sempre importante para o País fazermos uma sessão como esta.

Penso que nós, do movimento feminista, da bancada feminina, conseguimos algumas ações muito importantes com relação às mulheres brasileiras e a toda a luta nesse sentido. A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com **status** de Ministério, foi extremamente importante dentro do Governo Lula, até por ações, como foram citadas até agora, da construção coletiva da Lei Maria da Penha.

Não posso deixar de citar a importância da luta das entidades feministas e da bancada feminina no sentido de que o Brasil fosse signatário do Protocolo Cedaw e da Convenção da Mulher da ONU. A partir daí, essas ações começaram a repercutir com passos concretos para o movimento de mulheres.

A realização da nossa conferência de mulheres é também um marco importante na história do Movimento Feminista Brasileiro. Esse encontro permitiu que mulheres do Brasil todo se manifestassem a respeito da eliminação da violência contra a mulher, como sendo uma das ações mais práticas e mais concretas do nosso Ministério e do movimento de mulheres, além de ter grande alcance social.

A aprovação da Lei Maria da Penha foi uma construção coletiva das mulheres brasileiras que veio com o resultado concreto de todos esses passos dados e dessas ações da bancada feminina, da Secretaria de Mulheres, dos movimentos feministas e das entidades feministas do País. Penso que sua implementação é nossa grande tarefa agora, como disse a Deputada Jandira Feghali, que aprendeu muito circulando pelo Brasil apresentando a lei e ouvindo, como ouvimos nas mais variadas audiências, a situação da mulher brasileira.

Penso que é uma tarefa de governo a implementação da Lei Maria da Penha. Não é só uma cobrança aos Governos municipais e estaduais para que implementem as estruturas que precisamos para que a lei possa ser utilizada pelas mulheres brasileiras, para que seja um instrumento de luta. É uma ação de governo, do Governo Lula, sua implementação.

Ouvi, na prática, depoimento de mulheres que diziam que a violência contra elas próprias dentro da sua casa havia cessado só pela divulgação da lei, só de as pessoas saberem da existência da lei. Só pelo fato de o Presidente Lula ter se pronunciado em um tema tão importante e tão caro para as mulheres brasileiras, diminuiu a violência.

Ouvi o depoimento de uma mulher que me disse que o marido, na prática, tinha parado de agredi-la, de bater nela. Era uma pessoa boa e trabalhadora que não deixava faltar nada dentro de casa, mas que, quando bebia, ficava violento. Mas ele tinha deixado de bater nela só porque ouviu o Presidente Lula falar na televisão sobre a Lei Maria da Penha. Esse é um

exemplo que ouvi. É a importância da divulgação da existência dessa lei; talvez, ainda não tenhamos ainda o alcance de sua importância.

Avançamos. Quero deixar um recado em dia tão importante para nós, em que trabalhamos com a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres: temos de avançar, para que essa lei seja cumprida, temos de avançar em outros direitos com relação à presença das mulheres no Parlamento, nos espaços de poder. Tenho preocupações sérias e concretas quanto a retrocessos com relação à presença da mulher nos espaços de poder, seja no Executivo, seja no Legislativo. Poderíamos ter dobrado a presença de mulheres aqui no Congresso Nacional. Aconteceu o contrário.

Sempre dizemos que as crises atingem primeiramente a mulher: crise financeira, crise econômica, crise de não-realização de políticas públicas. No caso da crise política, do não-fortalecimento do Parlamento, foram atingidas principalmente as candidaturas femininas que são, na prática, mais frágeis, por falta de empenho, por falta de recursos, por falta de estrutura econômica.

No ano que vem, poderia haver o dobro de candidaturas femininas, o dobro de presença de mulheres neste Congresso Nacional, mas haverá um retrocesso. Ficar simplesmente no mesmo número, não atingir sequer 10% de Deputadas e Senadoras no Parlamento brasileiro, para nós, é um retrocesso. Essa questão se liga diretamente ao grande debate da reforma política.

Peço às companheiras que permanecerão neste Congresso Nacional, à Sr^a Ministra, às entidades feministas para que tenhamos maior atenção, maior acompanhamento, maior participação na discussão da reforma política: sistema de listas, voto distrital, recursos financeiros para partidos, tempo na TV. As mulheres poderão sofrer novos embates e retrocessos com relação à sua presença nos espaços de poder. Precisamos estar extremamente atentas, acompanhando esse processo da reforma política.

E volto a repetir, para terminar minha fala, num dia tão importante como este, a questão da ação de Governo na tarefa de implementação da Lei Maria da Penha, não só cobrando dos Governos Estaduais recursos e estruturas, mas também cobrando que nosso Governo tenha recursos e ações práticas, que nosso Ministério da Mulher seja fortalecido, principalmente com orçamento, para que possa dar continuidade ao trabalho que nossa Ministra já faz, assinando protocolos e compromissos com os prefeitos pelo Brasil todo, com a implementação de ações voltadas para as mulheres em cada Município brasileiro. Também precisamos contar com recursos no Ministério da Justiça, para que a Lei Maria da Penha seja implementada, na

prática, no dia-a-dia, com todas as estruturas necessárias para que as mulheres brasileiras possam fazer uso dela em sua defesa.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Passo a palavra ao Congressista Fernando Ferro e, em seguida, ao Congressista Cristovam Buarque.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srª Ministra, minhas caras companheiras de mesa, minhas senhoras, meus senhores, demais pessoas que conosco participam desta sessão, quero expressar que, enquanto Líder em exercício da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nosso compromisso em saudar a iniciativa desta homenagem, que, na verdade, se insere numa série de ações de luta política por afirmação de direitos e de instalação neste País de uma verdadeira consciência de cidadania que incorpore e compreenda a dimensão da luta de gênero para consolidar a democracia no Brasil.

Não discutimos apenas os direitos das mulheres, sabemos que aqui não estamos falando de direitos difusos e de questões genéricas; estamos tratando do que deve ser a nossa sociedade, de que tipo de Estado de Direito queremos construir e da importância da inserção da temática da luta de gênero no conjunto das políticas envolvendo as diversas esferas de poder e a ação da sociedade na participação da construção desse ambiente legal, institucional, legítimo e de direitos que queremos ver instalado no País.

Essa é uma grande luta contra o silêncio – lembrando aqui Michel Foucault, que dizia que “a mais revolucionária das lutas é a luta contra o silêncio” –, o silêncio que calou as mulheres e as impediu de votar, o silêncio que cortou sua voz em diversos momentos, o silêncio dos lares, das leis, das Casas Legislativas.

Por tudo isso, é extremamente confortante participar deste momento, e aqui quem fala é alguém que tem aprendido com a insistência das companheiras mulheres neste Parlamento no sentido de sua valorização, muitas vezes enfrentando o clássico preconceito que tende a ver essa mobilização como algo residual, aceitável ou marginal.

A própria mudança de cultura que se instala nesta Casa e nas nossas relações interpessoais faz com que tenhamos, primeiro, a coragem de reconhecer que temos nossos problemas culturais, que somos fruto de uma sociedade construída em bases machistas. Não é honesto deixar de reconhecer essas condições.

Nesse sentido, o papel das companheiras Parlamentares tem sido extremamente pedagógico, edu-

cativo e construtor dessa nova cultura que queremos ampliar nesta Casa para consolidar o direito.

A propósito, concordo com o que acabou de dizer a companheira Iara Bernardi: de fato, é preciso que os partidos políticos, por exemplo, passem a tratar a questão de gênero e a incorporá-la em seus debates políticos, como têm de incorporar a questão ambiental, a questão de raça e das etnias como elementos centrais da construção desses instrumentos de gestão da sociedade, de participação e de construção da democracia. Se assim não fizermos, poderemos até dizer que vivemos em um Estado Democrático de Direito, uma democracia, mas serão palavras vazias. Não se tem democracia efetivamente se não for incorporada em sua totalidade essa cultura de reconhecimento de direitos e de aprofundamento da legitimidade da luta a que assistimos.

Saúdo, portanto, a luta que vimos em diversos jornais do meu Estado, Pernambuco, com a presença das mulheres nas ruas, sensibilizando as pessoas para a necessidade de substituir essa cultura de exclusão por uma cultura de paz e de respeito que precisa contaminar o coração e as mentes de todo povo.

As leis são fundamentais para exigir e definir a construção desse novo caminho, mas, se não houver sensibilização e mobilização social para garantir a sua aplicação, elas perdem muito a sua viabilidade. Sabemos até das reações que existem a essas leis para impedir o seu pleno cumprimento.

Finalizo minhas palavras parabenizando as mulheres por essa luta. Sinto-me, cada vez mais, como aprendiz e companheiro dessa caminhada no sentido da afirmação da cidadania, da sociedade democrática que nós queremos, com homens e mulheres usufruindo plenamente seus direitos nos legítimos exercícios de suas vidas dignas e felizes – é assim que devem ser.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Fernando Ferro, a Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Iara Bernardi.

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi. PT – SP) – Muito obrigada pelo pronunciamento, Deputado Fernando ferro.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom-dia a cada uma, a cada um de vocês.

Ao cumprimentar a Mesa, nossa Ministra, a Senadora Serys e todos os presentes, quero lamentar a presença de tão poucos homens em uma solenidade cuja realização tem sua razão de ser principalmente

em nós. Este plenário deveria estar cheio de homens, mais ainda do que de mulheres, para que pudéssemos pedir desculpas.

Em 1994, quando disputei a minha primeira eleição, aprendi muita coisa. Numa campanha aprende-se muito, mas algumas coisas me tocaram particularmente. No meu aprendizado em 1994, Senadora, Ministra, caminhando de casa em casa no Distrito Federal para pedir votos, sentei com as pessoas, quase sempre mulheres que estavam nas casas – os homens estavam trabalhando ou nos bares. Marcou-me muito ouvir tantas e tantas vezes dessas mulheres que elas eram vítimas de violência em casa, em geral dos maridos, às vezes dos filhos e até de vizinhos.

O que mais me chocou foi perceber não apenas que isso era algo comum, mas que era tolerado e aceito como algo natural. Foi um aprendizado para mim. Em função daquele aprendizado, vim aqui, mais do que tudo, manifestar a minha posição de dar todo o apoio, como Senador da República, a essa luta, à luta contra a violência contra as mulheres.

Entretanto, nessa minha manifestação de apoio, lembro que devemos considerar não apenas a violência física, mas também a violência social, porque a pobreza toca a todos, mas toca muito mais às mulheres e especialmente às mães. Como no caso de todos os problemas brasileiros, é preciso levar em conta a diferença que caracteriza o Brasil na forma de tratar pobres e ricos. Isso vale para o problema racial – há uma diferença entre a situação dos pobres negros e a dos negros ricos. Isso vale para o problema das crianças; isso vale para as mulheres também, especificamente para o problema da violência.

Obviamente, as mulheres todas devem ser respeitadas, bem tratadas. Isso que estamos fazendo aqui é para todas as mulheres, mas devemos lembrar que, no caso das mulheres pobres, há um adicional de violência. Eu sei que há muito rico que comete violência contra suas mulheres, contra suas filhas, suas namoradas. Sei que não é um problema só de educação, porque muitos doutores cometem esse crime. De qualquer maneira, porém, há sim uma desigualdade a ser considerada dentro do próprio universo feminino: entre o sofrimento das mulheres pobres e o das mulheres ricas.

Não costumo fazer isso, mas vou recomendar a vocês um livro que li há muito pouco tempo. As mulheres todas deveriam ler **A Distância entre Nós**, um romance de uma escritora indiana cujo nome não consigo lembrar – mesmo que lembrasse, não conseguiria dizê-lo, pois lembro que é muito complicado. Está em todas as livrarias. É a história de duas mulheres: a dona da casa e a empregada, coisa que a literatura brasileira não mostra, porque ou se trata dos ricos, ou

se trata dos pobres, mas eles parecem não se encontrar no processo. Os pobres aparecem associados à violência na literatura brasileira. A literatura, quando trata dos ricos, aborda o problema intimista. Há uma falência na literatura brasileira hoje em tratar a relação entre as classes no Brasil.

A Índia, apesar de suas castas, produz esse livro que merece ser lido. Nada há de igual entre essas duas mulheres, salvo a maneira como são tratadas pelos maridos: as duas são vítimas deles. No caso da rica, ainda mais, porque é vítima da violência. No caso da pobre, ela não apanha do marido, mas o marido, por causa do desemprego, bebe e, com isso, destrói a família. Eu recomendo a vocês **A Distância entre Nós** – um título excelente. Trata-se da distância entre duas mulheres por razões sociais. Alguém precisa escrever isso no Brasil.

Mas eu quero concluir, pela mania que tenho, trazendo aqui um dos caminhos para que possamos, sim, construir um Brasil na linha do que o Deputado Fernando Ferro falou: de paz. A violência tem de ser combatida com repressão sim, mas sem educação não vamos chegar ao ponto em que a repressão deixa de ser necessária. E, quando eu digo educação, não tenho em mente a instrução dos doutores, instrução que, muitas vezes, não os impede de continuar a violência que cometem contra suas mulheres. Falo da educação do ponto de vista da cultura, como disse o Deputado Fernando. É na escola que se pode criar uma cultura não-machista; é na escola que se pode criar uma cultura da paz. E isso em todos os sentidos: da paz que protege a natureza, da paz que protege as pessoas, da paz que protege um gênero do outro.

Eu quero insistir que em toda luta contra a violência contra as mulheres, além da repressão, além da promoção da dignidade da mulher para que ela reaja, devemos colocar também a educação de nossas crianças, a fim de que, um dia, haja o respeito tão necessário entre homens e mulheres.

Quero dar meus parabéns à Deputada Iara Bernardi, que neste momento preside a sessão, e também a todas vocês que organizaram este evento. Lamento que não haja homens à Mesa, porque talvez não o mereçam, provavelmente pelo baixo número que há... Mas já houve, não é isso? Essa é uma luta dos homens, não apenas das mulheres. Mas enquanto nós, homens, não assumimos, felizmente existem guerreiras como vocês que não deixam passar em branco esse crime que cometemos hoje em dia: o da violência contra as mulheres.

Era isso o que tinha a dizer.

Parabéns, Deputada Iara Bernardi! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi. PT – SP)
– Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Quero citar a presença de Maria de Lurdes Pereira Neri e de várias outras companheiras, da Associação de Mulheres e Negócios e Profissionais do Distrito Federal; a Srª Ali Haidrider Altaf, da Embaixada do Paquistão; Cristine Mary Adorno, da Prefeitura de Colina do Sul (GO); Fátima Maria Lopes, do Comitê Nacional de Vítimas contra a Violência; Prof. Ivo Borges de Lima, da Secretaria de Trabalho do GDF; Drª Maria de Lisieux Amado, do Fórum de Mulheres do DF; Dr. Rodrigo Lamego, representando o Ministro Fernando Haddad, da Educação; Mary Caetana Alves, da Comunidade Bahai Brasil; Martha Eugênia Tapis, da Embaixada do México, Conselheira; Selia Rouve, Delegada da Polícia Federal; Maria Laura, da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres; do Prefeito do Vale de São Domingos do Mato Grosso, esposa e filhos; também quero citar a presença do Embaixador Werner Brandstetter, da Embaixada da República da Áustria; e de Maria Celina Jardim, do Ipea.

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi. PT – SP)

– Para finalizar a nossa sessão solene, passo a palavra à Srª Karla Menezes, Secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da Prefeitura de Recife, que foi tão citada aqui, inclusive pelo nosso futuro Governador, e que também quer se manifestar com relação ao seu trabalho.

A SRA. KARLA MENEZES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Quero dar bom dia a todos e a todas e saudar, de uma forma especial, a Senadora Serys Slhessarenko e a Deputada Iara Bernadi, assim como a Ministra Nilcéa Freire pela iniciativa do evento.

Mesmo não estando preparada para fazer um discurso formal, mas encorajada pelas intervenções bastante combativas que ouvi aqui, quis, em nome das mulheres de Pernambuco, fazer alguns registros, já que a violência contra a mulher não é um fenômeno isolado na sociedade.

Temos aqui a Ministra Nilcéa Freire, a historiadora Cristina Buarque, que tem trabalhado muito isso por meio do projeto chamado Mulher e Democracia, e também todas as companheiras de órgãos estaduais e municipais de promoção de políticas para mulheres têm procurando trabalhar no sentido de fazer com que a sociedade compreenda que a violência contra a mulher não é apenas do foro íntimo do casal, mas é o resultado de toda uma construção de desigualdades sociais entre homens e mulheres, que se manifesta na sua pior forma por meio da violência.

A violência tem suas causas dentro da construção de uma cultura patriarcal. Também em Pernambuco, trazendo um pouco para a realidade do meu Estado, os dados têm chamado a atenção de todo o Brasil. Os

elevados índices de violência contra a mulher no Estado são decorrentes de uma política que mostra a total falta de prioridade com que alguns governos têm tratado a questão de gênero a partir dos seus Estados.

Sabemos que Pernambuco não é o único Estado em que ocorre a violência contra a mulher e é resultado de uma ausência de prioridade que se reflete também na ausência de orçamento. No ano passado, foram destinados R\$25 mil para o programa estadual de combate à violência contra a mulher e R\$12 milhões no orçamento estadual para proteção de autoridades. Para vocês terem uma idéia do que isso significa, em Recife, o Prefeito João Paulo instituiu o Programa Municipal de Assistência e Prevenção à Violência contra a Mulher, que vem sendo implementado há três anos, com o apoio do Governo Federal, e, nesse período só de investimento com recursos próprios, a Prefeitura destinou R\$2,5 milhões para o funcionamento de serviços como o Centro de Referência Clarice Lispector e a Casa Abrigo Sempre Viva, e agora com a implantação dos núcleos de apoio jurídico às mulheres, que estão sendo financiados com o apoio da ordem de R\$400 mil, destinados pelo Governo Federal por intermédio da Secretaria Especial de Política para as Mulheres e o Ministério do Desenvolvimento Social.

Então, o não-combate à violência é resultado de uma ausência de prioridade, que se reflete no Orçamento, e também de uma ausência de diálogo respeitoso entre Governo e sociedade.

Em Pernambuco, temos um movimento de mulheres bastante combativo e que tem servido de referência para outros movimentos de mulheres no Brasil e no mundo. Todos os meses as mulheres de Pernambuco vão às ruas e, neste mês, terça-feira, foi feita a última vigília do ano das mulheres pelo fim da violência contra a mulher. Na terça-feira, já somavam, em Pernambuco, 286 mulheres assassinadas.

Lá, então, tentamos resistir à violência por meio dessa vigília e também com muito barulho, com os apitos que têm sido feitos nas comunidades onde a violência contra a mulher acontece. A sociedade, de uma forma solidária, usa o apito para manifestar que as mulheres não estão caladas, mas cobrando os seus direitos.

Por isso, a fala do nosso futuro Governador também traz a esperança de que, em Pernambuco, vamos efetivamente construir alternativas para enfrentar a violência contra a mulher, construindo também políticas de promoção de direitos entre homens e mulheres que se reflitam como prioridade de governo, porque essa é uma demanda da sociedade.

Então, agradeço o convite e a oportunidade de estar representando aqui o meu Estado e quero convi-

dar a todos e a todas porque, de fato, o fim da violência contra a mulher é tarefa de todos e de todas, homens e mulheres do Estado e da sociedade. No entanto, penso que o protagonismo das mulheres é que tem promovido uma inversão nas agendas políticas locais, para que a questão de gênero fosse incluída e reconhecida. Isso é uma tarefa e uma conquista que tem sido protagonizada pelas mulheres. Então, convido aqui para que todos e todas também façam vigílias pelo fim da violência contra a mulher no nosso País, nos nossos Estados, para fazer valer aquilo que diz a Convenção de Belém do Pará, de que uma vida sem violência é um direito de todas as mulheres.

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi. PT – SP)

– Muito obrigada, Karla Menezes, Secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da Prefeitura de Recife.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi. PT – SP)

– Pois não.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, como fui eleito recentemente Presidente do Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa, substituindo a Senadora canadense Céline Hervieux-Payette, comunico a V. Exª, nesta sessão em que se colocam os problemas da violência contra as mulheres, que o Fipa criou, nessa última assembléia em Bogotá, Colômbia, o Grupo de Mulheres Parlamentares nas Américas, onde os temas relativos às mulheres estão sendo priorizados.

Assim, como novo Presidente da entidade americana, quero colocar, perante essa Comissão e todas as mulheres do Parlamento brasileiro, a disposição para que a luta seja integrada não só no Brasil, mas em todos os países da América. A Senadora colombiana Cecília Diaz assumiu a Presidência deste grupo. Quero, desde já, disponibilizar a participação, o acesso e o entrosamento, para termos uma única política nas Américas, na questão da mulher.

Parabenizo V. Exª pela realização de sessão solene sobre um tema tão importante e tão fundamental na vida cotidiana, onde enfrentamos o homem animal – na primeira fase, a animalidade é inata no ser humano. Quando se vence o homem animal, tem-se o homem ditador. Depois, lutamos para vencer essa fase da vida para ter o homem na espiritualidade – estou falando da integralidade do ser humano –, o amor a Deus e ao próximo. Quem se ama, ama a Deus e ao próximo e não haveria tanta violência num mundo tão injusto e tão desigual no qual nós vivemos.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi. PT – SP)

– Muito obrigado pelas informações, Deputado Luiz Carlos Hauly.

Destaco as atividades conjuntas da Bancada Feminina e o trabalho tão valioso e parceiro das entidades Agende e Cfemea nos dezesseis dias de ativismo. Boa parte das atividades que a Bancada Feminina faz nesta Casa é devido à parceria dessas entidades feministas que, no dia-a-dia, acompanham os projetos de lei e as ações, inclusive as mais práticas, pelo fim da violência contra a mulher.

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi. PT – SP)

– O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa, alusivo ao presente evento, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Exª será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, ano após ano, no Congresso Nacional, temos registrado a passagem do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

Ano após ano, Sr. Presidente, temos comemorado aquele 25 de novembro de 1960 em que, na República Dominicana, as irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa Mirabal foram covardemente assassinadas pela polícia secreta do ditador Trujillo.

E ano após ano, também, somos tomados por um sentimento ambíguo, contraditório, a alma dividida entre a tristeza e a alegria. De um lado, a frustração de constatar que a violência contra a mulher remanesce como um dos grandes problemas da sociedade, em todo o mundo. De outro lado, porém, a satisfação de verificar que os avanços não têm sido poucos; mais ainda, a satisfação de verificar que, no caso do Brasil, tais avanços têm sido bem mais evidentes que na média dos demais países.

Que o problema continua extremamente grave, isso é inegável. Até porque não se tem notícia de que aqueles números que o expressam, aqueles números que vêm sendo exaustivamente repetidos ao longo dos anos, tenham sofrido alguma redução significativa.

Permanece válida, infelizmente, a afirmação de que, em todo o mundo, pelo menos uma em cada três mulheres já foi espancada, forçada a ter relações sexuais ou sofreu algum tipo de abuso pelo simples fato de ser mulher (veja que estamos falando, Senhor Presidente, de mais de um bilhão de pessoas!). Permanecem atuais as situações que, em cada país, contribuem para que cheguemos a essa cifra assustadora.

De modo, Senhoras e Senhores Parlamentares, que eu poderia exibir, neste momento, aqueles números que têm sido reiterados ano a ano. Números que falam da violência contra a mulher em nações tão díspares como os Estados Unidos e o Egito, a China e a África do Sul, o Reino Unido e o Paquistão.

E poderia, é claro, aproveitar meu pronunciamento para esmiuçar os números do Brasil: este Brasil em que 25% das mulheres – ou seja, uma em cada quatro – afirmam já ter sofrido algum tipo de violência; este Brasil em que 70% das mulheres assassinadas são vítimas dos próprios maridos, namorados ou parceiros.

Mas não quero, Senhor Presidente, enveredar de vez pelo pouco produtivo caminho das lamentações. Ao contrário, prefiro ser otimista e destacar os mecanismos que a sociedade brasileira tem desenvolvido – e certamente continuará a desenvolver – para enfrentar essa angustiante questão.

Nesse sentido, há que se louvar, sempre, o papel de tantas organizações não-governamentais, de tantos movimentos organizados, de tantos grupos, enfim, que se dedicam à árdua missão de combater a violência contra a mulher.

Há que se destacar, também, essa inovação tipicamente brasileira que são as Delegacias da Mulher. Uma inovação que “pegou”, que deu certo. Basta dizer que um levantamento executado pela Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal, em março do ano passado, constatou que 16% das mulheres vítimas de violência doméstica denunciaram a agressão em uma delegacia comum, enquanto 22% procuraram uma delegacia da mulher. Do confronto entre esses dois números, Senhor Presidente, depreende-se que as mulheres estão cada vez mais conscientes não apenas de seus direitos, mas também das possibilidades a seu alcance.

Não obstante, cabe observar que essa mesma pesquisa, que constatou a boa aceitação da delegacia da mulher, forneceu números ainda preocupantes. Afinal, se 38% das mulheres agredidas recorreram ao Estado, as demais não se sentiram à vontade para tomar tal atitude: 22% procuraram ajuda da família; 6% procuraram ajuda de amigos; 19% preferiram o silêncio; e 15% não souberam ou não quiseram responder à pergunta.

São percentuais, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que talvez espelhassem o medo ainda existente naquela ocasião: o medo de que eventuais denúncias não dessem em nada; que resultassem, quando muito, em penas alternativas do tipo pagamento de cestas básicas.

Esse medo, sabemos todos, já está diminuindo. Em virtude, principalmente, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto deste ano, a nossa bem-vinda Lei Maria da

Penha. Uma Lei que se insere, seguramente, entre as grandes conquistas da sociedade brasileira neste ano de 2006.

Desde o dia 22 de setembro, quando a Lei Maria da Penha entrou em vigor, os avanços têm sido consideráveis. Os Tribunais de Justiça já começaram a criar os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. As delegacias especializadas de atendimento à mulher registraram aumento de 50% no número de atendimentos. E mais: com as alterações introduzidas no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal, as celas de algumas delegacias da mulher passaram a ficar superlotadas.

É óbvio, Sr. Presidente, que a superlotação de celas não nos traz contentamento. É óbvio que a solução permanente para o problema da violência contra a mulher não consiste em trancafiar milhares e milhares de seres humanos. Mas a questão é tão grave, tão urgente, que precisava de tratamento de choque. Até porque esse tratamento de choque, inegavelmente, tem um forte componente didático.

Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso que, em relação ao evento de que participamos em 2005, progredimos muito. Não podemos, é certo, achar que está tudo resolvido. Até porque, à nossa frente, resta um longo caminho a trilhar. Não é aceitável, por exemplo, que apenas 340 dos 5.564 municípios brasileiros disponham de delegacias especializadas no atendimento à mulher. Temos, também, que acompanhar os desdobramentos da Lei Maria da Penha, a ver se seus resultados correspondem às expectativas geradas. Temos, acima de tudo, que fomentar uma mudança cultural, uma mudança de hábitos ainda arraigados em boa parte de nossa população masculina. Temos, enfim, muitas barreiras a derrubar.

Mas é inquestionável, Sr. Presidente, que estamos no caminho certo: um caminho que nos levará, algum dia, a uma sociedade em que a violência contra as mulheres não seja mais que uma triste lembrança do passado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi. PT – SP)

– Agradeço a todos e a todas nesta sessão solene que comemora o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

Agradeço a presença de todos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi. PT – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 3 minutos.)

() Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 18-4-2006

Composição

Presidente: Dep. Gilmar Machado (PT/MG)

1º Vice-Presidente: Sen. Efraim Morais (PFL/PB)

2º Vice-Presidente: Dep. Júlio César (PFL/PI)

3º Vice-Presidente: Sen. Serys Slhessarenko (PT/MT)

Relator da LDO/2007:

Relator do Orçamento/2007:

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO DA MINORIA (PFL-PSDB)	
Heráclito Fortes	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Romeu Tuma	3. José Jorge
Paulo Octávio	4. Edison Lobão
Sergio Guerra	5. Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia	6. Teotônio Vilela Filho
Leonel Pavan	7. Arthur Virgílio
Flexa Ribeiro	8.
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Leomar Quintanilha (cessão)
Romero Jucá	3. Amir Lando
Gilvam Borges	4. João Alberto Souza
Wellington Salgado de Oliveira	5. Almeida Lima
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT-PSB-PL)	
João Ribeiro	1. Ana Júlia Carepa ⁽⁴⁾
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Serys Slhessarenko	3. Roberto Saturnino
Sibá Machado	4. Fátima Cleide
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Sérgio Zambiasi
P-SOL	
Heloísa Helena	1.
PCdoB	
	1.
(*)PRB	
Marcelo Crivella	1.

(**) Designação feita em 12-04-2006 (SF)

⁽⁴⁾ Substituição da Sen. Ideli Salvatti, pela Sen. Ana Júlia Carepa (S), em 18-4-2006 – Bloco (PT-PSB-PL) - (SF)

^(*) Designação feita nos termos da Res. Nº 2/2000-CN.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Carlito Merss – SC	1. Carlos Abicalil - MT
Devanir Ribeiro – SP	2. Durval Orlato - SP
Gilmar Machado – MG	3. Iriny Lopes - ES
	4. João Grandão – MS
José Pimentel-CE	5. Leonardo Monteiro – MG
Nelson Pellegrino – BA	6. Nazareno Fonteles – PI
Paulo Pimenta – RS	7. Roberto Gouveia - SP
Paulo Rubem Santiago – PE	8. Rubens Otoni -GO
Vignatti – SC	9. Terezinha Fernandes – MA
Walter Pinheiro-BA	10. Vander Loubet – MS
PMDB	
Benjamin Maranhão - PB ⁽⁶⁾	1. Aníbal Gomes – CE ⁽⁶⁾
Eunício Oliveira - CE ⁽⁶⁾	2. Átila Lins - AM ⁽⁶⁾
Hermes Parcianello - PR ⁽⁶⁾	3. Gervásio Oliveira - AP ⁽⁶⁾
José Priante - PA ⁽⁶⁾	4. Jorge Alberto - SE ⁽⁶⁾
Marcello Siqueira - MG ⁽⁶⁾	5. Lupércio Ramos - AM ⁽⁶⁾
Marcelo Castro - PI ⁽⁶⁾	6. Marcelino Fraga - ES ⁽⁶⁾
Oswaldo Reis - TO ⁽⁶⁾	7. Natan Donadon - RO ⁽⁶⁾
Pedro Chaves - GO ⁽⁶⁾	8. Olavo Calheiros - AL ⁽⁶⁾
Pedro Novais - MA ⁽⁶⁾	9. Waldemir Moka - MS ⁽⁶⁾
Zé Gerardo - CE ⁽⁶⁾	10. Wilson Santiago - PB ⁽⁶⁾
BLOCO (PFL/PRONA)	
Carlos Melles - MG ⁽²⁾	1. Betinho Rosado - RN ⁽²⁾
Cláudio Cajado - BA ⁽²⁾	2. Fernando de Fabinho - BA ⁽²⁾
Eduardo Sciarra - PR ⁽²⁾	3. José Mendonça Bezerra - PE ⁽²⁾
José Carlos Machado - SE ⁽²⁾	4. Lael Varella - MG ⁽²⁾
José Rocha - BA ⁽²⁾	5. Luiz Carreira - BA ⁽²⁾
Júlio César - PI ⁽²⁾	6. Mussa Demes - PI ⁽²⁾
Laura Carneiro - RJ ⁽²⁾	7. Osório Adriano - DF ⁽²⁾
Pauderney Avelino - AM ⁽²⁾	8. Osvaldo Coelho - PE ⁽²⁾

⁽⁶⁾ Designações feitas em 25-04-2006 – PMDB-CD

⁽²⁾ Designações feitas em 18-04-2006 - BLOCO (PFL/PRONA)-CD

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PSDB	
Alberto Goldman - SP	1. Anivaldo Vale - PA
Bismark Maia - CE	2. Antônio Cambraia - CE
Helenildo Ribeiro - AL	3. Antônio Joaquim - MA
Júlio Semeghini - SP	4. João Campos - GO
Nárcio Rodrigues - MG	5. Júlio Redecker - RS
Professora Raquel Teixeira - GO	6. Paulo Feijó - RJ
Ronaldo Dimas - TO	7. Walter Feldman - SP
PP	
João Leão - BA	1. Antonio Cruz - MS
Nelson Meurer – PT	2. Benedito de Lira – AL
Márcio Reinaldo Moreira – MG	3. Feu Rosa - ES
Roberto Balestra - GO	4. Leodegar Tiscoski – SC
Herculano Anghinetti - MG	5. Nélcio Dias - RN
Francisco Dornelles - RJ	6. Sandes Júnio r- GO
PTB	
Alex Canziani – PR	1. Alceste Almeida - RO
José Chaves – PE	2. Cleuber Carneiro – MG
Josué Bengtson – PA	3. Jackson Barreto – SE
Jovair Arantes – GO	4. Paes Landim - PI
Pedro Fernandes – MA	5. Ricarte de Freitas-MT

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PL	
Almir Sá – RR	1. Coronel Alves - AP
Amauri Gasques – SP	2. Milton Monti – SP
Humberto Michiles – AM	3. Raimundo Santos – PA
Jaime Martins – MG	4. Sandro Mabel - GO
Wellington Roberto – PB	5. Wellington Fagundes - MT ⁽⁵⁾
PSB	
Alexandre Cardoso - RJ	1. Beto Albuquerque – RS
Gonzaga Patriota – PE	2. Luciano Leitoa - MA
Iberê Ferreira - RN	3. Pastor Francisco Olímpio – PE
PDT	
Manato-ES ⁽¹⁾	1. Luiz Piauhyllino-PE ⁽¹⁾
Álvaro Dias-RN ⁽¹⁾	2. Dr. Rodolfo Pereira-RR ⁽¹⁾
Sérgio Miranda-MG ⁽¹⁾⁽³⁾	3. ⁽¹⁾
PPS	
Geraldo Resende-MS	1. Cezar Silvestri - PR
Rogério Teófilo-AL	2. Colbert Martins - BA
PC do B	
Daniel Almeida - BA	1.
PV	
Leonardo Mattos – MG	1. Marcelo Ortiz – SP
P-SOL	
Maninha - DF	1. Orlando Fantazzini - SP
PSC	
Zequinha Marinho - PA	1. Deley - RJ
PMR	
José Divino - RJ	1. Vieira Reis - RJ

Secretária: Myrna Lopes Pereira
Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)
Ala "C" – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 - Tel: 3216-6893 – 3216-6894

⁽⁵⁾ Designação feita em 19-04-2006 – PL-CD

⁽¹⁾ Designações feitas em 17-04-2006 – PDT-CD

⁽³⁾ Substituição do Dep. Miro Teixeira, pelo Dep. Sérgio Miranda (T), em 18-4-2006 – PDT-CD

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO)²	CELso AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso

² Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**Representação Brasileira****COMPOSIÇÃO****16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)****Mesa Diretora eleita em 28.04.2005**

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.brwww.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	LÍDER DA MAIORIA NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS